

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE LEITE E DERIVADOS, MERCOSUL, PÓS-PLANO REAL¹

Carlos R. F. Bueno²
Vagner A. Martins³
Mario A. Margarido⁴

1 - INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por relevantes reformulações no âmbito econômico, político e social, tanto em termos mundiais quanto em relação ao Brasil. A intensificação do processo de globalização associado à ampliação do grau de abertura da economia brasileira no início dos anos 90 condicionou importantes transformações estruturais na economia brasileira. Esse processo foi intensificado com o Plano Real e a efetivação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ambos em 1994. Observa-se a partir de então, significativas transformações tanto pelo lado da demanda quanto da oferta em relação aos períodos antecedentes. Mais especificamente, o processo de abertura da economia brasileira deu os primeiros passos ainda no início da década de 1990 sob a égide do governo Collor que conjuntamente com a implementação do Plano Real e a efetiva constituição do MERCOSUL⁵, foram fatores preponderantes para a maior inserção da economia brasileira no cenário internacional no decorrer dos anos 90s.

A bem-sucedida implementação do Plano Real em 1994 foi um divisor de águas para

a economia brasileira, pois anteriormente diversos planos de estabilização, todos de cunho heterodoxo, executados no decorrer dos anos 80s e início da década de 1990 foram incapazes de debelar o crônico processo inflacionário presente na economia brasileira, até então. A estabilização dos preços internos exerce profundos efeitos tanto em nível micro quanto macroeconômico, alterando as condições de oferta (em termos de estrutura produtiva) e demanda (hábitos e padrões de consumo) dos diversos mercados.

Em linhas gerais, pelo lado da demanda, a inflação é um processo perverso de redistribuição de renda, transferindo poder de compra das camadas de menor propensão marginal a poupar para àquelas com maior propensão marginal a poupar. Como resultado, o nível de consumo cai, porque os agentes econômicos com menor poder aquisitivo não dispõem de mecanismos de proteção contra a inflação, seus respectivos níveis de renda real reduzem-se e conseqüentemente o nível de consumo também tende a decrescer. Pelo lado da oferta um intenso processo inflacionário dificulta a estimação dos custos de produção das empresas e aumenta o grau de incerteza do retorno esperado pela manutenção da produção ou do seu crescimento. Portanto, debelar um processo inflacionário implica em elevar o nível de renda da população, principalmente daqueles com baixa renda, os quais passam a consumir mais gêneros de primeira necessidade, tais como alimentos e roupas, fato este que pôde ser observado na primeira fase do Plano Real, onde houve expressivo incremento do consumo nas quantidades de alimentos, com destaque para a carne de frango e produtos lácteos mais elaborados tais como queijos e iogurtes.

Em relação à ampliação do grau de abertura da economia, este processo também apresentou impacto relevante sobre as estruturas de produção e padrões de consumo no Brasil a partir de 1994 com a efetivação do MERCOSUL.

¹Registrado no CCTC IE-14/2005.

²Veterinário, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: crfbueno@iea.sp.gov.br).

³Estatístico, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: vagneram@iea.sp.gov.br).

⁴Economista, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: mamargarido@iea.sp.gov.br).

⁵O MERCOSUL é uma União Aduaneira. A principal característica da União Aduaneira reside no fato de que todos os países participantes deste tipo de bloco reduzem e/ou eliminam barreiras tarifárias e não-tarifárias entre si, enquanto mantém uma política comercial comum em relação aos países de fora do bloco, ou seja, existe uma tarifa externa comum. Detalhes sobre a definição dos diversos tipos de integração econômica podem ser encontrados em Carvalho; Silva (2002).

Krugman e Obstfeld (2000) afirmam que, no caso de um pequeno país⁶, a imposição de tarifas gera perda líquida para a economia, pois causa vieses nos preços relativos e como resultado distorce os incentivos para produção e consumo, alocando os recursos da economia de forma ineficiente. Em outras palavras, a imposição de tarifas de importação ou quaisquer outros tipos de restrições comerciais reduzem as quantidades ofertadas de produtos na economia doméstica, desestimulam a competição entre os produtores locais, os quais passam a oferecer produtos de pior qualidade a preços mais elevados⁷. Por sua vez, a redução de barreiras comerciais aumenta a exigência da qualidade dos produtos, elevando a competição para o setor lácteo nacional, o resultado pode favorecer a redução de preços e incrementar o leque de opções de produtos para os consumidores⁸, elevando o nível de bem-estar da sociedade.

Na primeira fase do Plano Real observa-se que a política cambial foi utilizada no sentido de segurar os preços domésticos⁹. O câmbio valorizado juntamente com a ampliação do grau de abertura da economia brasileira, proporcionada pela efetivação do MERCOSUL, atuou conjuntamente para elevar a concorrência no mercado doméstico ao alavancar a quantidade ofertada de produtos, via importações, principalmente de países do MERCOSUL, no curto prazo e manter estáveis os preços diante da abrupta expansão da demanda proporcionada pelo Plano Real. O efeito colateral indesejado foi o aumento das taxas de desemprego, pois esta abertura indiscriminada ao comércio exterior resultou na desestruturação de diversos segmentos econômicos, os quais não estavam devidamente preparados para concorrer com os produtos estrangeiros.

Apesar de ocupar posição de destaque

⁶A definição de país pequeno implica que o referido país pode importar e exportar o quanto quiser e que estas ações não influenciam os preços internacionais. Esta definição se aplica ao Brasil, uma vez que sua participação no comércio mundial está em torno de 1,0%, apenas.

⁷Em outras palavras, há aumento do excedente do produtor. Conforme Pindyck; Rubinfeld (2002, p. 267), o excedente do produtor é a "soma das diferenças entre o preço de mercado e o custo marginal de produção relativos a todas as unidades produzidas pela empresa".

⁸O "excedente do consumidor é a diferença entre o preço que o consumidor estaria disposto a pagar por uma mercadoria e o preço que realmente paga" (PINDYCK; RUBINFELD, 2002, p. 123).

⁹Também denominada de âncora cambial.

na produção mundial de leite, ainda assim, o Brasil é importador líquido de leite e seus derivados, chegando a importar o equivalente a 19,4% da produção interna em 1995, segundo Chabaribery (2003).

Conforme Martins (2001, p. 251), o Brasil, "historicamente, coloca-se como importante país importador. O montante tem variado em virtude do grau de facilidade/dificuldade para importar, estabelecido por políticas macroeconômicas (câmbio, imposto *ad valorem*¹⁰, etc.) e pela demanda interna, que, no caso dos lácteos, é muito dependente do comportamento da renda nacional. Após o Plano Real, o percentual de importação em relação à produção nacional, anualmente, variou de 7,9% a 18,6% (BRASIL, 1998). Somado com o aumento contínuo da produção nacional, isso tem possibilitado ao país aumentar a disponibilidade per capita do produto, chegando a 139,22 l/hab., próximo do que recomenda o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, órgão do Ministério da Saúde, que é de 146 l/hab".

De acordo com a Food Agriculture Organization (FAO), a quantidade recomendada para o consumo de leite é de 215 l/hab/ano (CHABARIBERY, 2003), o que representaria aproximadamente a necessidade de uma produção de 36 bilhões de litros/ano de leite para a população brasileira.

Portanto, o período entre 1995 e 2002 foi crucial para a maturação das mudanças que tiveram início na década de 1990: colocar o país dentro da globalização em andamento no mundo e estruturar o mercado interno para que este pudesse amortecer os impactos decorrentes da abertura econômica sem comprometer a produção nacional, principalmente de setores como o leiteiro.

2 - OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução das importações brasileiras de leite e seus derivados com origem nos países do MERCOSUL para o período de 1995 a 2002. Es-

¹⁰Grifo nosso. De acordo com Salvatore (1998), há três modalidades de tarifas. A tarifa *ad valorem* é definida como um valor percentual fixo do produto transacionado. Outro tipo de tarifa refere-se à tarifa específica, a qual é expressa como sendo uma quantia fixa por unidade do produto comercializado. Por último, há a tarifa composta que é uma combinação das duas tarifas citadas anteriormente.

pecificamente, objetiva-se apresentar, via taxas de crescimento, a evolução das importações brasileiras de produtos lácteos dos respectivos países de origem, levando-se em consideração o período com taxa de câmbio administrada (1995-1998) e com taxa de câmbio flutuante (1999-2002).

3 - MATERIAL E MÉTODO

3.1 - Material

Foram utilizados dados elaborados pela ANUALPEC, referentes às quantidades e valores das importações brasileiras de leite e seus derivados para o período de 1995 a 2002 (ANUÁRIO, 1999, 2001, 2003).

3.2 - Método¹¹

De acordo com Matos (2000), a função exponencial é muito utilizada na descrição de processos de crescimento contínuo e aproximadamente contínuo de uma variável ao longo do tempo. A partir desse tipo de função é possível tornar lineares relacionamentos não-lineares através da aplicação de adequadas transformações, como por exemplo, a utilização de variáveis no formato logarítmico.

Conforme apresentado em Ramanathan (1998), supondo que a variável P esteja crescendo a uma taxa aproximadamente constante, a sua representação matemática é:

$$P_t = (1 + g) P_{t-1} \quad (1)$$

onde: g é a taxa de crescimento entre os períodos de tempo $t-1$ e t .

Efetuando-se repetitivas substituições, obtém-se a seguinte expressão:

$$P_t = P_0 (1 + g)^t \quad (2)$$

No entanto, a equação (2) não é linear, sendo assim é necessário algum tipo de transformação para torná-la linear. Aplicando-se o logaritmo natural sobre os dois lados de (2), tem-se:

$$\ln P_t = \ln P_0 + t \ln(1 + g) \quad (3)$$

e redefinindo-se os termos na expressão (3) ($Y_t = \ln P_t$; $X_t = t$; $\beta_1 = \ln P_0$; $\beta_2 = \ln(1 + g)$), tem-se:

$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 X_t \quad (4)$$

Dado que, o modelo apresentado em (4) é estocástico, é necessário acrescentar um termo de erro, sendo assim, tem-se o seguinte modelo transformado:

$$\ln P_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t \quad (5)$$

A equação (5) é linear quando toma-se a variável dependente no formato logarítmico. Em função do fato da "variável dependente estar no formato logarítmico, esse modelo é conhecido como modelo log-linear ou semilog. Se o modelo é escrito como $\ln P_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t$, β_2 é o efeito marginal de X sobre $\ln P_t$ e não sobre P_t . Ele é conhecido como taxa de crescimento instantâneo" (RAMANATHAN, 1998, p.274). Diferenciando-se ambos os lados de (5) com relação a X_t , tem-se:

$$\beta_2 = \frac{d(\ln P_t)}{d X_t} = \frac{1}{P_t} \frac{d P_t}{d X_t}$$

ou seja, β_2 representa a taxa de crescimento da variável P_t ao longo do tempo. Mais precisamente, o termo $\frac{d P_t}{P_t}$ representa a mudança em P_t dividida por P_t . Multiplicando-se por 100, então, β_2 fornece diretamente a variação percentual em P_t em função de uma mudança unitária em X_t , o qual representa o tempo.

4 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE LEITE E DERIVADOS

A evolução das importações brasileiras de leite e seus derivados, em termos de valores e quantidade, para o período de 1995 a 2002, encontram-se nas tabelas 1 e 2. Para quantificar a importância dos países do MERCOSUL no fornecimento de leite e seus derivados para o mercado brasileiro serão utilizados os respectivos

¹¹Esta seção baseia-se em Ramanathan (1998) e Matos (2000).

TABELA 1 - Valor e Quantidade das Importações de Leite e Derivados, Brasil, 1995-1998

Tipo de produto e origem	1995		1996		1997	
	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t
Total ³	30.290	59.149	46.306	89.272	56.928	123.025
Uruguai	11.350	23.149	21.379	45.690	32.789	77.796
Argentina	18.828	35.684	24.409	43.363	23.458	44.865
Uruguai+Argentina	30.178	58.833	45.788	89.053	56.247	122.661
Outros ⁴	111,14	316,12	518,3	218,4	680,71	363,53
Total ⁵	375.662	210.337	320.516	394.901	289.974	146.101
Uruguai	31.839	13.739	36.311	214.567	30.127	12.903
Argentina	142.677	62.050	146.098	61.680	150.780	67.565
Uruguai+Argentina	174.516	75.789	182.409	276.247	180.907	80.468
Outros ⁶	201.146	134.547	138.107	118.653	109.066	65.633
Total ⁷	38.113	20.892	25.294	11.985	12.000	6.995
Uruguai	11.920	5.523	15.120	6.775	7.799	4.724
Argentina	6.813	2.994	3.916	1.958	2.046	1.023
Uruguai+Argentina	18.733	8.517	19.036	8.733	9.845	5.747
Outros ⁸	19.831	12.375	6.257	3.252	2.155	1.248
Total ⁹	159.780	55.501	102.451	33.867	84.484	28.731
Uruguai	24.447	7.725	33.602	10.621	18.211	5.934
Argentina	21.880	6.860	30.373	8.580	32.299	11.207
Uruguai+Argentina	46.327	14.585	63.975	19.201	50.510	17.141
Outros ¹⁰	113.452	40.916	38.476	14.667	33.973	11.590
			1998		1995 a 1998	
Tipo de produto e origem	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t
Total ³	60.029	138.441	193.553	409.887		
Uruguai	45.726	112.192	111.244	258.827		
Argentina	13.298	25.679	79.993	149.591		
Uruguai+Argentina	59.024	137.871	191.237	408.418		
Outros ⁴	1.005	570	2.315	1.468		
Total ⁵	327.510	176.915	1.313.662	928.254		
Uruguai	45.010	23.772	143.287	264.981		
Argentina	191.869	95.069	631.424	286.364		
Uruguai+Argentina	236.879	118.841	774.711	551.345		
Outros ⁶	90.629	58.074	538.948	376.907		
Total ⁷	25.700	13.811	101.107	53.683		
Uruguai	12.369	5.704	47.208	22.726		
Argentina	3.141	1.535	15.916	7.510		
Uruguai+Argentina	15.510	7.239	63.124	30.236		
Outros ⁸	10.190	6.572	38.433	23.447		
Total ⁹	70.264	23.866	416.979	141.965		
Uruguai	17.658	5.787	93.918	30.067		
Argentina	23.768	8.252	108.320	34.899		
Uruguai+Argentina	41.426	14.039	202.238	64.966		
Outros ¹⁰	28.839	9.826	214.740	76.999		

¹Os valores estão expressos em milhares de dólares.

²FOB (Free on Board) especifica que no contrato de exportação todas as despesas e riscos relativos a perdas e danos, até a colocação da mercadoria a bordo do navio indicado pelo comprador, no respectivo porto de embarque, correm por conta do vendedor.

³Inclui: leite e creme de leite não-concentrado.

⁴Inclui: Países Baixos, Alemanha, Canadá e Estados Unidos.

⁵Inclui: leite em pó e creme de leite concentrado.

⁶Inclui: Nova Zelândia, Dinamarca, Chile, Austrália, Reino Unido, Alemanha e Países Baixos.

⁷Inclui: manteiga e derivados.

⁸Inclui: Nova Zelândia, Austrália e Dinamarca.

⁹Inclui: queijos e requeijão.

¹⁰Inclui: Estados Unidos, França, Países Baixos, Nova Zelândia.

Fonte: ANUALPEC (1999, 2001, 2003).

TABELA 2 - Valor e Quantidade das Importações de Leite e Derivados, Brasil, 1999-2002

Tipo de produto e origem	1999		2000		2001	
	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t
Total ³	37.234	125.497	28.580	95.923	10.825	39.123
Uruguai	27.450	89.209	20.549	71.149	8.405	32.222
Argentina	9.660	36.228	7.965	24.742	2.196	6.431
Uruguai+Argentina	37.110	125.437	28.514	95.891	10.601	38.653
Outros ⁴	123	61	65	32	225	469.74
Total ⁵	312.869	193.345	256.924	139.033	110.648	53.566
Uruguai	41.799	26.848	32.688	18.601	12.971	6.544
Argentina	244.834	149.535	188.519	98.426	82.127	39.764
Uruguai+Argentina	286.633	176.383	221.207	117.027	95.098	46.308
Outros ⁶	26.236	16.963	35.718	22.006	15.549	7.259
Total ⁷	22.401	13.819	19.835	12.843	4.232	2.674
Uruguai	9.960	6.160	7.564	4.797	1.978	1.481
Argentina	9.372	5.890	7.875	5.125	758	449
Uruguai+Argentina	19.332	12.050	15.439	9.922	2.736	1.930
Outros ⁸	3.068	1.769	4.397	2.921	1.497	745
Total ⁹	44.696	20.056	38.529	15.718	22.660	8.028
Uruguai	11.504	5.170	8.129	3.289	5.404	1.884
Argentina	18.783	9.853	19.440	8.521	9.178	3.095
Uruguai+Argentina	30.287	15.023	27.569	11.810	14.582	4.979
Outros ¹⁰	14.408	5.032	10.960	3.909	8.077	3.408
			2002		1999 a 2002	
Tipo de produto e origem	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t	US\$ ¹ FOB ²	t
Total ³	6.267	27.560	82.906	288.103		
Uruguai	3.877	17.832	60.281	210.412		
Argentina	2.239	9.196	22.060	76.597		
Uruguai+Argentina	6.116	27.028	82.341	287.009		
Outros ⁴	151	531,4	564	1.094		
Total ⁵	175.657	113.844	856.098	499.788		
Uruguai	53.250	35.457	140.708	87.450		
Argentina	106.064	67.162	621.544	354.887		
Uruguai+Argentina	159.314	102.619	762.252	442.337		
Outros ⁶	16.342	11.226	93.845	57.454		
Total ⁷	10.835	11.278	57.303	40.614		
Uruguai	5.052	5.251	24.554	17.689		
Argentina	4.376	4.701	22.381	16.165		
Uruguai+Argentina	9.428	9.952	46.935	33.854		
Outros ⁸	1.407	1.326	10.369	6.761		
Total ⁹	21.377	10.754	127.262	54.556		
Uruguai	6.822	3.590	31.859	13.933		
Argentina	9.800	5.640	57.201	27.109		
Uruguai+Argentina	16.622	9.230	89.060	41.042		
Outros ¹⁰	4.755	1.523	38.200	13.872		

¹Os valores estão expressos em milhares de dólares.

²FOB (Free on Board) especifica que no contrato de exportação todas as despesas e riscos relativos a perdas e danos, até a colocação da mercadoria a bordo do navio indicado pelo comprador, no respectivo porto de embarque, correm por conta do vendedor.

³Incluí: leite e creme de leite não-concentrado.

⁴Incluí: Paraguai e Canadá.

⁵Incluí: leite em pó e creme de leite concentrado.

⁶Incluí: Nova Zelândia, Chile, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica, Suíça e Estônia.

⁷Incluí: manteiga e derivados.

⁸Incluí: Nova Zelândia, Dinamarca e França.

⁹Incluí: queijos e requeijão.

¹⁰Incluí: França, Países Baixos, Itália e Suíça.

Fonte: ANUALPEC (1999, 2001, 2003).

valores em termos de quantidades com base nas referidas tabelas.

No período em que o câmbio esteve valorizado, isto é, entre 1995 e 1998, verifica-se que as importações de leite e creme de leite não-concentrado totalizaram 409.887 toneladas. Somente Argentina e Uruguai juntos representaram 99,6% do total importado pelo Brasil destes produtos. Levando-se em consideração as importações, pelo Brasil, de leite em pó e creme de leite concentrado, verifica-se que 85,0% foram provenientes da Argentina e Uruguai. Em relação à manteiga e derivados, observa-se que o nível de concentração também é elevado, pois 56,3% das importações efetuadas pelo Brasil tiveram como origem a Argentina e o Uruguai. Finalmente, para queijos e requeijão, apesar de o percentual ser um pouco menor, em torno 45,7%, ainda assim, Argentina e Uruguai são os principais fornecedores para o Brasil no referido período (Tabela 1).

O total importado de leite e creme de leite não-concentrado no período de 1999 a 2002 foi igual a 288.103 t, isto é, queda de 29,7% na quantidade importada desses produtos comparando-se ao período 1995-1998. Apesar dessa brusca redução das importações, ainda assim, Argentina e Uruguai continuaram a manter a liderança como principais fornecedores de leite e creme de leite não-concentrado, cerca de 99,6%. Para leite em pó e creme de leite concentrado, também esses dois países continuaram como principais exportadores desses produtos para o Brasil, chegando a 88,5%, valor ligeiramente superior àquele encontrado no período anterior. No entanto, levando-se em consideração à variação percentual do total importado, verifica-se que as importações no período 1999 a 2002 decresceram 56,5% em relação ao período 1995-98. As importações brasileiras de manteiga e derivados continuaram a ter como principais fornecedores a Argentina e o Uruguai, com 83,4%, em termos de variação percentual, esse item de importação apresentou decréscimo de 24,3% no período 1999-2002 comparando-se 1995-98. Quanto a queijos e requeijão, as importações brasileiras somaram 54.556t no período 1999-2002, sendo que, deste total importado, cerca de 75,23% originaram-se da Argentina e Uruguai. Comparando-se ao período de 1995-98, verifica-se que houve forte queda (61,57%) das importações destes dois produtos no período 1999-2002 (Tabela 2).

5 - ANÁLISE DE RESULTADOS

A importância do setor lácteo no comércio intrabloco, principalmente entre Brasil, Argentina e Uruguai é evidente tanto pela quantidade quanto pelos valores transacionados envolvidos. Após a implantação do MERCOSUL, o significado da formação do bloco econômico para as economias desses países em termos de atividade econômica, segurança alimentar, movimentação de toda a cadeia a jusante e a montante do setor produtivo é inquestionável, principalmente quando se observa o intercâmbio pela utilização das vantagens comparativas¹² regionais entre os países do MERCOSUL. Para o período de 1995 a 1998, verifica-se que houve expressiva importação de leite e creme de leite não-concentrado do Uruguai, cerca de 69,34% a.a., sendo que, em segundo lugar, o destaque ficou com as importações de países de fora do MERCOSUL, cuja taxa de crescimento foi de 25,6% a.a. Já, no caso da Argentina, observa-se que as importações de leite e creme de leite não-concentrado decaíram 9,10% a.a. no mesmo período (Tabela 3).

Para os itens leite em pó/creme de leite concentrado, o destaque ficou com a Argentina, cujas importações pelo Brasil evoluíram 14,7% a.a. no período 1995-98. No caso do Uruguai, verifica-se que suas exportações para o Brasil decresceram 11,1% a.a., sendo que, para países de fora do MERCOSUL, essa queda foi mais acentuada, cerca de 26,7% a.a. (Tabela 3).

No caso de manteiga e derivados, observou-se redução das importações brasileiras em relação a todos os países, sendo que a menor queda ocorreu em relação aos produtos vindos do Uruguai (-2,60% a.a.). As exportações de manteiga e derivados da Argentina e de países de fora do MERCOSUL também evoluíram negativamente, porém, mais intensamente, comparativamente ao caso do Uruguai, com quedas nas taxas de crescimento de 23,3% a.a. e 24,9% a.a., respectivamente (Tabela 3).

Para queijos e requeijão, as exportações provenientes da Argentina em direção ao

¹²Segundo Krugman; Obstfeld (2000, p. 15), o "comércio internacional provoca esse crescimento na produção mundial porque permite a cada país especializar-se na produção do bem no qual apresenta vantagens comparativas. Um país tem **vantagens comparativas** na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países".

TABELA 3 - Taxas de Crescimento das Quantidades Importadas de Leite e Derivados, Brasil, 1995-2002

Produtos	Período	País		
		Argentina	Uruguai	Outros
Leite e creme de leite não-concentrado	1995-1998	-9,10	69,33	25,60
Leite em pó/ creme de leite concentrado	1995-1998	14,70	-11,10	-26,75
Manteiga e derivados	1995-1998	-23,31	-2,60	-24,90
Queijos e requeijão	1995-1998	8,60	-13,50	-36,33
Leite e creme de leite não-concentrado	1999-2002	-42,10	-43,01	150,44
Leite em pó/ creme de leite concentrado	1999-2002	-28,20	-2,10	-20,92
Manteiga e derivados	1999-2002	-26,74	-15,25	-20,00
Queijos e requeijão	1999-2002	-23,6	-15,22	-31,10
Leite e creme de leite não-concentrado	1995-2002	-21,63	-4,73	-2,42
Leite em pó/ creme de leite concentrado	1995-2002	-0,07	-10,79	-34,75
Manteiga e derivados	1995-2002	2,38	-8,90	-22,82
Queijos e requeijão	1995-2002	-8,12	-17,24	-33,49

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados básicos da ANUALPEC (1999, 2001, 2003).

Brasil cresceram 8,6% ao ano no período de 1995 a 1998. Ainda nesse mesmo período, as importações desses produtos vindos do Uruguai e de países de fora do MERCOSUL retraíram-se 13,5% e 36,3% ao ano, respectivamente, conforme apresentado na tabela 3.

Situação bem diferente ocorreu em relação ao comportamento das importações brasileiras de leite e seus derivados no período 1999 a 2002. Com exceção do item leite e creme de leite não-concentrado, o qual apresentou taxa de crescimento no volume importado proveniente de países de fora do MERCOSUL, da ordem de 150,0% a.a., todos os demais produtos sofreram redução nas suas respectivas quantidades importadas. Este valor deve ser analisado com muito cuidado. Visto sob o ângulo absoluto, é um valor elevado para a referida taxa de crescimento, no entanto, em termos relativos torna-se praticamente inexpressivo, uma vez que os dados relacionados com leite e creme de leite não-concentrado mostram que aproximadamente 2,0% do total importado desses produtos pelo Brasil em 2002 são provenientes de países fora do MERCOSUL (Tabela 2).

A redução das importações de produtos lácteos no período em questão pode ser atribuída principalmente ao choque cambial¹³ ocorri-

¹³Conforme Margarido (2001, p. 58), a "saída do Banco Central do mercado de câmbio conduziu a uma abrupta desvalorização do real frente ao dólar. Em dezembro de 1998, a taxa de câmbio era igual a R\$1,2055 por US\$1,00. Em janeiro de 1999, a taxa de câmbio saltou para R\$1,5019 por US\$1,00, isto é, uma desvalorização de 24,59%, num único mês. O processo de depreciação do

do no final de 1998, pois o Real sofreu uma desvalorização frente ao dólar em torno de 60,0% num curto período de tempo, tornando os produtos importados mais caros¹⁴ para os consumidores, resultando na contração das quantidades consumidas provenientes do exterior. Outro ponto a realçar é que, apesar da formação do MERCOSUL, onde os países pertencentes ao bloco possuem preferência comercial, tais como, redução ou até mesmo a isenção de tarifas de importação, elevando sua competitividade em relação aos países de fora do bloco, ainda assim, verifica-se que em virtude da magnitude desta desvalorização cambial, esse sistema de preferência comercial não foi capaz de atenuar os efeitos desta desvalorização, pois houve redução quase que

real continuou no mês seguinte, só que de forma mais intensa, com taxa igual a R\$1,9137 por US\$1,00, ou seja, a desvalorização acumulada de dezembro de 1998 a fevereiro de 1999 totalizou 58,75%". No entanto, uma afirmação mais precisa dependeria da utilização de métodos econométricos para quantificar o verdadeiro efeito da desvalorização cambial sobre as importações.

¹⁴De acordo com Blanchard (2001) o volume de importações depende de duas variáveis. Há uma relação direta entre o nível de renda doméstico e as importações, isto é quanto maior o nível de renda interna maior as importações. Outro fato que tem influência direta sobre as importações de um país é a taxa de câmbio real. A taxa de câmbio real é definida como o preço dos bens estrangeiros em termos dos preços dos bens produzidos internamente e seu relacionamento com as importações é inverso, ou seja, quanto mais desvalorizada a taxa de câmbio em termos reais, menores serão as importações. Dado que a inflação doméstica evoluiu com velocidade inferior ao da desvalorização da taxa de câmbio nominal, então houve uma desvalorização real da moeda doméstica em relação ao dólar.

generalizada das importações de produtos lácteos, seja de países terceiros, seja de países participantes do MERCOSUL (Tabela 3). Outro fator que pode ter influenciado significativamente foi a condução de uma política monetária restritiva que objetivava principalmente a captação de recursos externos via Balança de Capitais¹⁵, para atenuar as perdas de divisas da Balança Comercial¹⁶, a qual apresentou sistemáticos *déficits* decorrentes da adoção de uma política cambial voltada quase que exclusivamente para manter estável o nível de preços no âmbito doméstico, mantendo dessa forma o equilíbrio das contas externas.

Ao se levar em consideração o período total, isto é, de 1995 a 2002, verifica-se, de maneira geral, queda nas taxas de crescimento das importações brasileiras de leite e seus derivados, seja de países integrantes do MERCOSUL, seja também de países terceiros ao bloco. As exceções ficaram por conta das importações argentinas de leite em pó/creme de leite concentrado, as quais apresentaram taxa de crescimento próxima de zero e do item manteiga e derivados, que cresceram 2,38% no referido período (Tabela 3).

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos neste estudo, abrangendo o setor de leite e seus derivados no Brasil, alguns aspectos merecem ser realçados.

A constituição de qualquer tipo de bloco econômico implica necessariamente na redução das barreiras comerciais entre os países pertencentes ao bloco, expondo suas respectivas vantagens comparativas. Isso induz ao aumento do fluxo comercial entre esses países, refletindo-se tam-

bém sobre os níveis de produção, emprego, renda, consumo e bem-estar social, pois a redução/remoção das barreiras comerciais, tanto tarifárias quanto não-tarifárias, permitem a ampliação do leque de produtos, inclusive de melhor qualidade e com preços mais acessíveis aos consumidores de todos os países pertencentes ao bloco.

Pelo lado da oferta, esse processo de constituição de um bloco econômico expande as fronteiras de atuação das empresas, ou seja, condiciona a ampliação dos respectivos mercados de cada empresa, proporcionando o acirramento da concorrência entre elas, sendo que essa disputa ocorre, principalmente, através da introdução de inovações tecnológicas. Ao ampliar o mercado consumidor, isso permite que as empresas possam auferir economias de escala que, por sua vez, possibilitam redução de custos e de preços ao consumidor final, elevando seu patamar de bem-estar.

No entanto, a simples formação de um bloco econômico não é condição suficiente para garantir o processo de desenvolvimento econômico sustentado de determinada região ou grupo de países. Torna-se imprescindível também a harmonização dos instrumentos de política macroeconômica (cambial, monetária e fiscal) entre os países pertencentes ao bloco para que os benefícios decorrentes da constituição de um bloco econômico possam ser plenamente atingidos.

Os resultados obtidos mostraram que a formação de um bloco econômico, no qual os países adotem políticas cambiais iguais e/ou semelhantes com estabilidade nos seus respectivos níveis de preços domésticos, favorecem as relações comerciais entre os países pertencentes ao bloco. Na primeira fase do Plano Real, em que os dois principais componentes do MERCOSUL, Brasil e Argentina¹⁷, tinham políticas cambiais quase que idênticas¹⁸, isto é, com câmbio fixo, aliadas à estabilização da inflação e conjugadas à redução e/ou eliminação de tarifas intrabloco, facilitou o intercâmbio comercial, não somente entre ambos

¹⁵Conforme Margarido; Turolla (2002, p. 22) a "Conta de Capitais (CK) é o somatório das contas de Capitais Autônomos, que registra o saldo relativo à entrada e saída voluntária de capitais, englobando empréstimos, investimentos diretos, amortizações de financiamentos, capitais de curto prazo, etc.; e de Capitais Compensatórios (KC), que englobam reservas internacionais, empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), etc".

¹⁶A Balança Comercial (BC) registra o saldo das exportações e importações de produtos medidos pelo valor *Free on Board* (FOB). A fórmula contratual FOB implica que todas as despesas e riscos relativos a perdas e danos, até a entrega do produto a bordo do navio indicado pelo importador, no porto de embarque, correm por conta do exportador. Detalhes sobre as diversas fórmulas contratuais relacionadas com o comércio internacional podem ser encontrados em Ratti (2001).

¹⁷Estimativas indicam que 90,0% do comércio intra-MERCOSUL ocorre entre Brasil e Argentina.

¹⁸É necessário lembrar que no período de 1995 a 1998, enquanto o Brasil tinha uma política cambial assentada no câmbio administrado, ou seja, a taxa de câmbio era lentamente desvalorizada, razão essa para considerá-la praticamente fixa, a Argentina adotava o regime de câmbio fixo, isto é, com conversibilidade plena. Portanto, pode-se assumir que as políticas cambiais adotadas por ambos países eram praticamente idênticas.

países, como em relação aos demais países do bloco, expondo as suas respectivas vantagens comparativas nos diversos setores. No caso de produtos lácteos, verificou-se que as importações brasileiras de países do MERCOSUL atingiram elevado nível de concentração em relação aos países de fora do bloco, destaca-se a participação da Argentina e do Uruguai.

O mesmo não aconteceu na segunda fase em que o choque cambial e a política monetária de juros altos foram fatores preponderantes no sentido de contraírem a renda agregada doméstica, fato este que afetou negativamente tanto as importações quanto o consumo de diversos produtos, não somente de produtos lácteos.

Vale destacar que a capacidade produtiva potencial da pecuária leiteira nacional, apesar das condições atuais, com todas as adversidades e nenhum subsídio, produz praticamente o sufici-

ente para atender a demanda interna de lácteos. Caso as políticas públicas fossem coordenadas para implementar efetivamente alguns pontos já conhecidos, e insistentemente discutidos por todo o segmento da cadeia do leite, a exemplo do observado por Chabaribery (2003), aumento de produtividade dos principais fatores de produção, eficiência econômica, qualidade da matéria-prima, melhoria gerencial das empresas em todos os níveis e segmentos, o Brasil passaria de deficitário a superavitário em pouco tempo.

A exemplo do salientado por Chabaribery (2003), cabe lembrar que alguns dos produtos brasileiros, leite em pó e leite condensado, já abriram um canal para exportação com boa aceitação, devendo estabelecer um novo caminho para a pecuária leiteira nacional que será talvez o grande exportador de lácteos, caso os ajustes necessários sejam implementados.

LITERATURA CITADA

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA - ANUALPEC 99. São Paulo: FNP & Consultoria, 1999. p. 281.

_____. São Paulo: FNP & Consultoria, 2001. p. 223.

_____. São Paulo: FNP & Consultoria, 2003. p. 240.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia:** teoria e política econômica. Tradução da 2. ed. americana. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 656 p

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Agricultura e Política Rural. **Um projeto para o leite:** relatório final da proposta de fiscalização e controle n. 84/97. Brasília, 1998. 186 p.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da. **Economia internacional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 300 p.

CHABARIBERY, D. Desempenho recente da produção de leite no estado de São Paulo. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 33, n. 12, p. 16-29, dez. 2003.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional:** teoria e política. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 797 p.

MARGARIDO, M. A. A questão cambial e a balança comercial no Brasil pós-plano real. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 31, n. 11, p. 55-64, nov. 2001.

_____; TUROLLA, F. A. Análise da balança comercial brasileira pós-plano real. _____, São Paulo, v. 32, n. 12, p. 20-31, dez. 2002.

MARTINS, P. do C. Efeitos de políticas públicas sobre a cadeia produtiva do leite em pó. In: VIEIRA, R. de C. M. T.; TEIXEIRA FILHO, A. R.; OLIVEIRA, A. J. (Eds.). *Cadeias produtivas no Brasil: análise da competitividade.* Brasília:

Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia/Embrapa Secretaria de Administração Estratégica, 2001. cap. 10, p. 239-272.

MATOS, O. C. de. **Econometria básica**. São Paulo: Atlas, 2000. 300 p.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 711 p.

RAMANATHAN, R. **Introductory econometrics: with applications**. United States of America: The Dryden Press, 1998. 664 p.

RATTI, B. **Comércio internacional e câmbio**. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 539 p.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 436 p.

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE LEITE E DERIVADOS, MERCOSUL, PÓS-PLANO REAL

RESUMO: Este trabalho utilizou taxas de crescimento para analisar a evolução das importações brasileiras de leite e seus derivados para o período 1995 a 2002. Os resultados mostraram os países do MERCOSUL, com destaque para Argentina e Uruguai, como principais exportadores de produtos lácteos para o Brasil. No período 1995 a 1998, fase em que a taxa de câmbio estava valorizada, as taxas de crescimento revelaram que houve aumento das importações de determinados produtos vindos do MERCOSUL e quedas em outros, enquanto as importações de leite e seus derivados de países de fora do MERCOSUL decresceram acentuadamente para quase todos os produtos lácteos. No período 1999 a 2002, que corresponde ao período da desvalorização da taxa de câmbio, os resultados obtidos apresentaram queda generalizada das importações de leite e seus derivados, tanto no âmbito dos países do MERCOSUL, quanto de países terceiros, captando a redução na renda ocasionada pela acentuada desvalorização ocorrida no início de 1999.

Palavras-chave: leite, MERCOSUL, importações, taxa de crescimento.

POST-REAL PLAN EVOLUTION OF BRAZILIAN IMPORTS OF DAIRY PRODUCTS

ABSTRACT: This paper made use of growth rates in order to analyze the evolution of Brazilian imports of dairy livestock products from 1995 to 2002. The results showed that the Mercosul countries, mainly Argentina and Uruguay, are the main exporters of milky products to Brazil. In the 1995-1998 period, a phase in which the exchange rate was at a high level, the growth rates showed that while there were increased imports of certain products from the Mercosul and falls in others, the imports of milk and derivatives from non-Mercosul countries decreased sharply for almost all milky products. Over 1999-2002, the results of imports of milk and derivatives under a depreciated exchange rate evidenced a generalized a fall, both within the scope of the Mercosul and of third-party countries, reflecting the fall in proportionate income caused by the strong depreciation happened in early 1999.

Key-words: dairy, MERCOSUL, imports, growth rate.

Recebido em 01/03/2005. Liberado para publicação em 04/03/2005.